

## EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

*Maria João Melícias*

*Miguel Sousa Ferro*

O número 37 da Revista de Concorrência & Regulação debruça-se sobre várias questões prementes e estruturais do direito da concorrência da União Europeia e dos Estados-membros.

Encontrando-se o processo de transposição da Diretiva ECN+ atualmente em curso, Maria João Melícias e Rita Prates anunciam a metodologia que será adotada, os passos seguintes e as oportunidades de contributos de todos os interessados neste processo, que está a ser conduzido, nesta fase, pela Autoridade da Concorrência.

John Davies e Jorge Padilla, dando sequência a uma apresentação do segundo autor na V Conferência de Lisboa sobre Direito e Economia da Concorrência, realizada a 18 e 19 de

*Issue 37 of the Revista de Concorrência & Regulação discusses several pressing and structural issues of the competition law of the European Union and of the Member States.*

*Considering the ongoing implementation process of the ECN+ Directive, Maria João Melícias and Rita Prates describe the methodology that will be followed, next steps of the transposition process and call for contributions from all parties interested in this procedure, which is being conducted, in this phase, by the AdC (the Portuguese Competition Authority).*

*John Davies and Jorge Padilla, building on a presentation by the second author at the V Lisbon Conference on Competition Law and Economics,*

outubro de 2018, sublinham a importância da análise de barreiras à entrada no mercado no contexto da avaliação de preços potencialmente excessivos. Defendem que, da perspetiva económica, a qualificação de preços como excessivos em mercados contestáveis é desnecessária e indesejável.

Francisco Marcos debruça-se sobre o papel e o impacto do controlo judicial da atividade da *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia* (CNMC), a autoridade de concorrência espanhola, nos primeiros anos da sua existência. Com vários exemplos – como a notificação pelo tribunal de uma empresa para exercer o contraditório, antes de emitir um mandado de *dawn raid* para essa empresa solicitado pela CNMC –, o Professor Marcos destaca os tribunais como um obstáculo significativo à efetividade do *public enforcement* da concorrência em Espanha, neste período.

Tânia Luísa Faria, Maria Francisca Couto e Francisco Chilão Rocha olham para o modo como o direito da concorrência trata as restrições verticais no contexto das plataformas de comércio eletrónico, especialmente os desenvolvimentos recentes da jurisprudência e da prática administrativa. Os autores identificam um aumento do interesse e número de casos nesta área, e defendem uma abordagem mais económica a estes casos.

*which took place on 18–19 October 2018, underline the importance of analyzing barriers to entry into the market in the context of assessing potentially excessive prices. They argue that, from an economic perspective, qualification of prices as excessive in challengeable markets is unnecessary and undesirable.*

*Francisco Marcos looks at the role and impact of judicial review of the activity of the Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia (CNMC), the Spanish competition authority, in the first years of its existence. Providing several examples – such as a court notifying an undertaking to issue its opinion, before issuing a warrant for a dawn raid at that undertaking, requested by CNMC – Professor Marcos singles out the courts as a significant obstacle to the effectiveness of the public enforcement of competition law in Spain, in this period.*

*Tânia Luísa Faria, Maria Francisca Couto and Francisco Chilão Rocha look at how competition law tackles vertical restrictions in the context of e-commerce platforms, particularly recent developments of case-law and administrative practice. The authors conclude by identifying an increase in the interest for and number of issues in this area, and defend an increased economics approach to these cases.*

João Miranda Poças regressa à prática de *hub and spoke*, discutida pelo Professor Richard Whish no número anterior da C&R. O autor foca-se sobretudo na jurisprudência dos tribunais da União Europeia e do Reino Unido, e mostra-se preocupado com potenciais resultados injustos e eventualmente violadores do princípio da presunção de inocência.

Alípio Codinha, Mariana Costa, Marta Ribeiro e Pedro Marques, que integraram a equipa da AdC que trabalhou no caso Altice / Media Capital, discutem o problema do *input foreclosure* em concentrações verticais nos meios de comunicação social. Recorde-se que esta notificação foi retirada na fase 2 pela notificante, não tendo sido adotada decisão final de proibição ou de não oposição, pelo que estas questões foram apenas analisadas na decisão da AdC de passagem a investigação aprofundada. Os autores realçam que se tinham evidenciado preocupações que teriam conduzido, provavelmente, a uma decisão negativa.

Rita Prates debruça-se sobre os desenvolvimentos, a nível da UE, do que constitui *gun jumping* e implementação parcial no controlo de concentrações, com especial enfoque no caso Canon/Toshiba Medical Systems. Esta é a primeira parte de uma reflexão mais ampla, que será continuada num próximo número da C&R.

*João Miranda Poças returns to the issue of hub and spoke, discussed by Professor Richard Whish in the previous issue of C&R. The author focuses specifically on European Union and United Kingdom case law and he expresses concern of potentially unfair results, which may infringe the principle of the presumption of innocence.*

*Alípio Codinha, Mariana Costa, Marta Ribeiro and Pedro Marques, who were members of the AdC's case team that worked on the Altice / Media Capital merger case, delve into the problem of input foreclosure in the context of vertical mergers in the media sector. It should be recalled that the notification of this merger was ultimately withdrawn by the notifying party during phase 2, thus no final prohibition or clearance decision was adopted, so that these issues were only assessed in the AdC's decision to open an in-depth investigation. The authors highlight that there were concerns that would probably have led to a negative decision.*

*Rita Prates looks at the developments, at the EU level, of what constitutes gun jumping and partial implementation in merger control, with special focus on the Canon/Toshiba Medical Systems case. This is the first part of a broader analysis, which will be continued in a following issue of the C&R.*

Por último, em continuação do n.º anterior da C&R, realce-se o novo formato da secção de jurisprudência de concorrência da União Europeia, onde a apresentação de descritores e do identificador ECLI a torna muito mais útil e informativa para o leitor.

*Finally, and following the previous C&R issue, the new format of the section on EU Jurisprudence on competition now includes descriptors and the ECLI identifier, making it significantly more useful and informative to any reader.*